



**A LIDERANÇA FEMININA NO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
FEMALE LEADERSHIP IN SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

Nádia TORREÃO<sup>1</sup>

**RESUMO**

Ao adotar o gênero como categoria de análise demonstra-se a importância da atenção que se deve atribuir às questões reivindicadas pelas mulheres como um fator estratégico para o alcance do desenvolvimento local sustentável. Com este foco são ressaltadas as ações implementadas pelas mulheres, além da necessidade de incorporar o gênero nas políticas públicas para se alcançar verdadeiramente um desenvolvimento sustentável. A liderança feminina é destacada pela sua amplitude em que o foco não está unicamente nas mulheres, mas nas ações engajadas em benefício de todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Mulheres; Liderança feminina; Desenvolvimento Sustentável.

**ABSTRACT**

When adopted the gender as a category of analysis, it is demonstrated the importance of the attention that must be paid to the reivindications of women as a strategic factor to the achievement of sustainable local development. Centred on this, are stressed initiatives implemented by women, besides the need of incorporation of the gender in public policies to truly achieve/ indeed, a sustainable development. Female leadership is highlighted / stands out by its scale whose focus is not only women, but action in order to obtain benefits for all.

**KEYWORDS:** Gender; Women; Female leadership; Sustainable development.

**INTRODUÇÃO**

Destacamos neste texto a liderança das mulheres em seus movimentos e ações com o objetivo de demonstrar que suas condutas positivas, muitas vezes inovadoras, visam não somente a concretização de seus direitos e ideais, ou o reconhecimento de suas

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Adjunto da Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco; Vice-Coordenadora do Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. nadiatorreao@uol.com.br.

reivindicações, mas constitui uma liderança engajada em benefício de todos. Dar-lhes atenção implica em atuar estrategicamente para o desenvolvimento sustentável.

Este tema se inclui nos denominados estudos de gênero. O Gênero, tomado como categoria de análise, perpassa inúmeras questões pendentes de um entendimento mais aprofundado e de uma perspectiva distinta da adotada até algumas décadas atrás com a incorporação do pensamento feminista e visão feminina da sociedade. Elas se referem ao conteúdo das reivindicações inseridas na pauta do movimento de luta das mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades. Em seu cerne trata-se de obter uma transformação no código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres, de modificar algumas dicotomias que ainda caracterizam o tema: produção e reprodução<sup>2</sup>, natureza (humana) e o socialmente imposto, o espaço público e o privado.

A incorporação das mulheres às atividades consideradas socialmente produtivas mudou o seu posicionamento na sociedade, proporcionou autonomia e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança influenciou para uma significativa transformação social, da família, de valores e dos papéis usualmente a elas atribuídos, em especial a partir de meados do século XX, embora esse movimento reivindicatório remonte à época da Revolução Francesa. No entanto, apesar da evolução e das conquistas obtidas pelo movimento feminista, a igualdade de oportunidades não constitui ainda uma realidade para as mulheres, bem como não é claramente percebida a importância da colaboração feminina em todos os espaços sociais em que transitam. Contudo autores, a exemplo do sociólogo Alain Touraine (2007) evidenciam o papel das mulheres na reconstrução da cultura e transformação social.

Para explicar a relação entre a liderança feminina e o desenvolvimento sustentável, recorreremos a Amartya Sen (2000) que enfatiza o papel ativo da condição de agente das mulheres para a promoção do bem-estar social:

“O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento com liberdade”.

---

<sup>2</sup> Reprodução da força de trabalho e social.

Fundamental também é conceituar gênero como uma categoria de análise caracterizada por sua interdisciplinaridade e transversalidade. A primeira refere-se a que nas distintas ciências sociais se pode desvendar a perspectiva e o pensamento feminino historicamente ocultado pelo predomínio masculino.<sup>3</sup> Dessa maneira o enfoque de gênero deve ser desvelado nos diversos ramos de conhecimento e na análise dos fenômenos sociais para fazer emergir novos paradigmas e saberes interdisciplinares.

A segunda refere-se à incorporação da perspectiva de gênero em todas as atividades relacionadas ou não com a atenção às mulheres. Tal incorporação se deu a partir da primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México em 1975, em que foram apresentadas propostas e recomendações para melhorar a condição de vida das mulheres em todo o mundo e de acesso às mesmas oportunidades que os homens. Essa postura estratégica dos movimentos de mulheres foi reconhecida na quarta Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, realizada em 1995, como transversalidade de gênero.

Nas palavras de Stiegler (2003) a transversalidade, ou *“gender mainstreaming, consiste na organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações existentes entre os sexos em todos os processos de decisão e fazer que todos eles sejam úteis à igualdade de oportunidades”*.

Bandeira e Melo (2005) explicam que no contexto mundial *“a política de promoção das mulheres, via transversalidade de gênero, significou aos governos não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que seu impacto vinculante deve ser assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens.”*

Na teorização feminista o termo *sexo* designa as características anatômicas dos corpos, isto é, diferencia somente se uma pessoa nasceu macho ou fêmea, mas não serve para definir o que se considera masculino ou feminino. O termo *gênero* designa a elaboração cultural do feminino e masculino, ou seja, as diferenças entre homens e

---

<sup>3</sup> Castro e Falcão (2004) referem-se a Max Horkheimer (1895-1973) do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt que já em 1930 propugnava pela interdisciplinaridade envolvendo as ciências e a filosofia, considerando indispensável evitar as posições extremadas e a separação dos campos, a fim de tornar possível o conhecimento integral dos indivíduos e da sociedade. Para que esse conhecimento dos indivíduos e da sociedade seja verdadeiramente integral não se pode excluir ou ignorar as contribuições das mulheres à produção do conhecimento.

mulheres em que a subordinação da mulher em relação ao homem se circunscreve a uma interpretação cultural dominada por uma relação social e de poder entre ambos.

Lourdes Benería (1987) propõe uma definição ampla de gênero:

*“O conceito gênero pode ser definido como o conjunto de crenças, traços pessoais, atitudes, sentimentos, valores, condutas e atividades que diferenciam a homens e mulheres através de um processo de construção social que tem várias características. Em primeiro lugar, é um processo histórico que se desenvolve em diferentes níveis tais como o Estado, o mercado de trabalho, as escolas, os meios de comunicação, a lei, a família e através das relações interpessoais. Em segundo lugar, este processo supõe uma hierarquização desses traços e atividades de tal modo que aos que se definem como masculinos se lhes atribui maior valor”.*

A contribuição das análises a partir do gênero consiste em oferecer uma concepção mais complexa dos seus componentes, como questões relacionadas tanto com a experiência laboral, como com a organização estrutural do trabalho; com a cultura, a subjetividade (entendida como a forma em que cada um se vê nos papéis que desempenha) e as que fazem referência à segregação dos postos de trabalho e à remuneração, aspectos que consideramos mais relevantes na inter-relação com o desenvolvimento sustentável. Entretanto, não podemos deixar de destacar, como fizeram Scott (1985) e Hardin (1986), que essas análises só podem ser úteis se combinadas, em todo momento, nos seus diferentes níveis.

O enfoque de gênero se aplica a todas as relações e âmbitos sociais, aos estudos e intervenções no mundo do trabalho e do emprego; às iniciativas de desenvolvimento organizacional e ao planejamento de programas e projetos de distinta natureza; a pesquisas e intervenções relativas ao uso dos espaços públicos e sua relação com a segurança e convivência urbana; à educação, à comunicação e a novas tecnologias de informação; à participação cidadã, à governança local.

O segundo conceito relevante neste tema é o de desenvolvimento sustentável e, novamente, recorremos a Amartya Sen (2000) que, ao referir-se ao assunto, argumenta que *o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos, onde o crescimento econômico é só uma parte, em geral imprescindível, do processo.* Augusto Franco (2000) corrobora essa idéia ao afirmar que *o desenvolvimento deve significar melhorar a vida das*

*pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).*

Pensamos ser necessário para uma melhor compreensão da complexidade e implicações do que se denomina Desenvolvimento Sustentável, relatar como despontou e como vem se desenvolvendo esse conceito, que surgiu, em 1983, quando a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, razão pela qual ficou conhecida como *Comissão Brundtland*, tendo como objetivos:

- reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e formular propostas realistas para abordá-las;
- propor novas formas de cooperação internacional nesse campo para orientar as políticas e ações no sentido de promover as mudanças necessárias e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma melhor compreensão desses problemas.<sup>4</sup>

Em 1987, após a conclusão dos trabalhos, foi apresentado um diagnóstico dos problemas globais ambientais com a proposta da Comissão de que ao desenvolvimento econômico fosse integrada a questão ambiental, surgindo assim uma nova forma denominada *desenvolvimento sustentável*, definido como *aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades*. Em seu sentido amplo, o desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (a ECO-92), adotou e difundiu essa nova forma de desenvolvimento, passando a ser o objetivo da chamada Agenda 21, editada na oportunidade. A Agenda 21 apresenta um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, com base nos documentos elaborados pelos diversos participantes do processo de discussão durante todo o período anterior.

As principais diretrizes comuns apontadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, constantes dos documentos produzidos pela Comissão Brundtland (Relatório *O Nosso Futuro Comum*) e pela ECO-92 (*Agenda 21*), são as seguintes:

- a) Política Interna (Estados Nacionais):
- limitação do crescimento populacional;

---

<sup>4</sup> Ver <http://www.onu.org/documentos>.

- garantia de alimentação a longo prazo;
- preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores;
- satisfação das necessidades básicas.

b) Política Externa (Comunidade Internacional):

- as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável;
- a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço;
- as guerras devem ser banidas;
- a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

Esse novo constructo evoluiu e a ele foram integrados outros elementos como os conceitos de capital humano, capital social, boa governança e “*protagonismo*” local.

O capital humano se constitui do conjunto de conhecimentos, habilidades e competências pessoais da população. Quanto maior for o capital humano, melhores as condições de desenvolvimento, o que significa investir, sobretudo, em educação, além dos demais fatores relacionados à qualidade de vida: saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte, segurança, lazer.

O capital social é definido como um conjunto de características de organização social, de valores ou normas, comuns aos membros de um grupo, que geram confiança e permitem a cooperação entre eles, essencial para a criação de uma sociedade civil saudável.

Melo Neto e Froes (2002) apontam como fatores determinantes do capital social: organização, participação, solidariedade, cooperação, confiança e iniciativa. Segundo esses autores estes fatores constituem a base do desenvolvimento sustentável.

A boa governança refere-se à capacidade gerencial da administração pública, à capacidade da sociedade de construir canais de participação na gestão estatal, aos níveis de representatividade, legitimidade e confiança dos governos, a sua capacidade de prestar contas, à transparência e permeabilidade do Estado em relação ao controle

social (o que se denomina em inglês de *accountability*). Isso depende do nível de “empoderamento” da sociedade civil, o que, por sua vez, depende dos níveis do capital humano e capital social.

O *protagonismo local* resulta da estratégia de promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) que consiste no processo de tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, de modo a favorecer o crescimento econômico e, simultaneamente, elevar o capital humano e social, melhorar as condições de governo e o uso sustentável do capital natural.

Caio Silveira<sup>5</sup> acrescenta outros conceitos-chave: cooperação e capital social; parcerias e redes; esfera pública e democracia; mobilização produtiva do território e arranjos produtivos locais; sustentabilidade; aprendizagem social; protagonismo local e desenvolvimento sustentável.

Marcos Kisil (1997, apud Melo Neto e Froes, 2002) considera pré-requisitos para se iniciar um processo de desenvolvimento sustentável:

1. *participação essencial de cada cidadão;*
2. *a conformação de organizações sociais responsáveis e receptivas aos seus membros;*
3. *variedade de interesses e necessidades de cada sociedade ou de cada comunidade, que exige variedade de organizações;*
4. *uma forma peculiar de colaboração entre essas organizações, que depende da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio-ambiente político-administrativo-econômico.*

Para Celso Furtado (1999) uma sociedade sustentável é aquela que tem:

- *capacidade de improvisar, inovar e enfrentar seus problemas;*
- *aptidão para buscar novas alternativas de desenvolvimento;*
- *competência para inovar em busca de novas formas de inserção social;*
- *competência para gerar por si só renda e emprego;*
- *acessibilidade a serviços públicos essenciais e a informações básicas para o exercício da cidadania;*

---

<sup>5</sup> Coordenador da Rede DLIS, discorre sobre os marcos conceituais e históricos do desenvolvimento local em artigo disponível em [http://www.rededlis.org.br/textos\\_download.asp?action=lista&ordena=data](http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=data), acesso em 01/11/2004.

- *capacidade de mobilizar-se em defesa de seus interesses;*
- *aplicação de alto investimento no fator humano;*
- *tendência à inversão e ao reinvestimento;*
- *vontade política forte e um projeto próprio de desenvolvimento;*
- *alta mobilização e conscientização de seus membros;*
- *capacidade de criar novas e diversas organizações sociais.*

Partindo dessa base conceitual resumidamente apresentada, adentramos, a seguir, na visão expressada pelas mulheres sobre o desenvolvimento – social, econômica e ambientalmente sustentável. Se prestarmos atenção aos pontos relacionados na base conceitual, acima mencionada, perceberemos que a participação feminina e o movimento feminista em geral contribuíram para a formação de uma emergente racionalidade social e ambiental que passa por processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante e pela transformação das instituições e aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam. Assim, os valores da diversidade étnica e cultural e os princípios da equidade social e dignidade humana configuram os pilares da construção de uma racionalidade produtiva alternativa, que conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro, tal como explica Leff (2002, pág. 121-136). Por isso, a ação desencadeada pelas mulheres em todo o mundo constitui exemplo de cidadania ativa e de como atuar visando promover o desenvolvimento sustentável das sociedades.

## A AÇÃO DAS MULHERES

Foi em 1985, na III Conferência Internacional das Nações Unidas para Mulheres, Desenvolvimento e Paz, realizada em Nairobi (Quênia), que as mulheres de todo o mundo começaram a organizar e concentrar seus esforços no sentido de incorporar as questões de gênero nos documentos oficiais gerados nos encontros intergovernamentais, especialmente após o mandato da Comissão Brundtland para examinar os problemas ambientais do mundo e propor uma agenda para resolvê-los.

Na preparação para a ECO-92, duas lideranças femininas dos Estados Unidos – Bella Abzug e Mim Kelber, reuniram mais de 50 ativistas e intelectuais de 31 países e formaram o Comitê Internacional para Ação Política (IPAC), constituindo-se no primeiro passo para a construção de um movimento internacional de mulheres para o

desenvolvimento sustentável, consolidado em novembro de 1991, com a realização do I Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, ocorrido em Miami (Flórida – EUA).

Nesse congresso, do qual participaram 1.500 mulheres de 83 países, foi debatido e documentado como a crise do meio ambiente e do desenvolvimento afetava e envolvia a população feminina. Dessa discussão saiu a *Agenda 21 de Ação das Mulheres*, balizada por temas considerados do universo feminino: direitos reprodutivos, combate à violência sexual e doméstica e reconhecimento pela carga do trabalho domiciliar.

Nela foram incluídas 120 recomendações sobre gênero, distribuídas em seus 40 capítulos, e nos capítulos 24 – Ação Global das Mulheres pelo Desenvolvimento Sustentável Equitativo e 28 – Participação Cidadã nas Políticas de Desenvolvimento Local Sustentável, indica-se como integrar as mulheres e as questões de gênero em todos os níveis de governo. Esse documento coloca ênfase no nível local, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável é uma questão para todas as comunidades e que, no nível local, as mulheres podem envolver-se e identificar de que forma suas questões específicas se relacionam com os problemas da sustentabilidade.

Depois desse congresso, a WEDO – Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento lançou *Lâminas de Avaliação Comunitária das Mulheres*, um instrumento de avaliação comunitária, cobrindo quatro áreas (ambiente natural, sistemas políticos, prioridades sociais e desenvolvimento humano), cujas informações contribuíram para elaborar maneiras criativas de influenciar políticas e promover a educação.

Nas conferências internacionais organizadas pela ONU e que se seguiram a ECO-92 as mulheres obtiveram igual êxito no sentido de verem suas recomendações específicas de gênero incluídas nos documentos oficiais.

A reunião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada em Joanesburgo, em 2002, contou também com a participação ativa das mulheres que, numa postura cada vez mais proativa, levaram uma série de propostas concretas de ação a serem negociadas com governos e outros setores da sociedade civil no processo de implementação pós Joanesburgo. Esse conjunto de propostas recebeu o nome de *Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015*<sup>6</sup> estruturada em cinco pontos: Paz e Direitos Humanos; Globalização e Sustentabilidade; Acesso e Controle dos Recursos; Segurança Ambiental e Saúde; e

---

<sup>6</sup> Mais informações sobre a Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz podem ser obtidas nos sites: <http://www.redh.org.br/a>; <http://www.wedo.org.br>; <http://www.iclei.org.br>; <http://www.mma.gov.br>.

Governança para o Desenvolvimento Sustentável, desdobrados em subsistemas de grande interesse para o gênero feminino.

A Agenda 21 é um plano de ação pelo desenvolvimento sustentável em todo o mundo assumido por 179 países na Rio-92. Esse compromisso incluiu a formulação por cada país da sua Agenda nacional e a criação de agendas locais. No caso do Brasil, a elaboração do documento contou com a colaboração de quarenta mil pessoas e teve seus princípios incorporados ao Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007.

Este Plano Plurianual (PPA) *“trouxe à tona uma perspectiva inovadora inclusiva na medida em que adotou, pela primeira vez no país, na plataforma política de governo, a viabilização da inclusão social, da equalização das oportunidades – gênero, raça, etnia, pessoas portadoras de necessidades especiais e da cidadania. Portanto, propôs a garantia de que o recorte transversal de gênero esteja presente na formulação e implementação de políticas públicas no país”*, como o destacou Lourdes Bandeira<sup>7</sup>.

A garantia a que se referiu Bandeira materializou-se com a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), através da Medida Provisória 103, no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A SPM tem por objetivo estabelecer políticas públicas que melhorem a vida de todas as brasileiras, percorrendo uma trajetória transversal em todas as instâncias do governo federal, estabelecendo parcerias que conduzam à implementação de programas e ações que reduzam e/ou eliminem as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

Voltando aos grandes fóruns mundiais patrocinados pela ONU, constituindo-se em um importante espaço de articulação política e de visibilidade para as reivindicações apresentadas pelas mulheres, outro evento importante onde se inter-relacionam as questões de gênero e as referentes ao desenvolvimento sustentável, é a Cúpula do Milênio, celebrada em setembro de 2000 em Nova Iorque. Dela originou-se a *Declaração do Milênio*, aprovada em conjunto pelos 191 países membros da ONU em que se estabeleceu um compromisso compartilhado com a sustentabilidade do planeta. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de oito macroobjetivos que deverão ser alcançados pelos países signatários até o ano de 2015, por meio de ações concretas de cada governo e da sociedade.

---

<sup>7</sup>BANDEIRA, L in: CEPAL – Unidad Mujer y Desarrollo: Projeto *Governabilidade democrática e Igualdade de Gênero*. Documento nº 66: Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Santiago do Chile, junho/2005.

Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como mandato central o combate à pobreza, e em resposta ao compromisso dos líderes mundiais de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotou uma estratégia integrada, respeitadas as especificidades de cada país, para a promoção da governabilidade democrática. Tal compromisso visa o apoio à implantação de políticas públicas para o desenvolvimento local integrado; à prevenção de crises e à recuperação de países devastados; à utilização sustentável da energia e do meio ambiente; à disseminação da tecnologia da informação e comunicação em prol da inclusão digital e à luta contra o HIV/AIDS.

Em todas as suas ações, o PNUD busca promover os direitos humanos e a participação das mulheres nos processos decisórios de sua comunidade. Fórum universal de novas idéias e mecanismos para implementá-las na consecução de seu mandato, ele é, de fato, uma grande rede de especialistas em desenvolvimento; um fórum de melhores práticas, de conhecimentos temáticos, de intercâmbio sobre gestão, de construção coletiva de soluções, através do qual pessoas de todas as culturas, geografias e talentos somam seus esforços em prol do desenvolvimento humano sustentável. Os objetivos do milênio, definidos no ano 2000 pela ONU para serem alcançados até 2015 e que constituem a Agenda Global para o século XXI, são:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2) Atingir o ensino básico universal;
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde das gestantes;
- 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental (qualidade de vida e respeito ao meio-ambiente);
- 8) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Para o objetivo de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, o PNUD partiu de uma realidade concreta: dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, 80% dos refugiados são mulheres e crianças. A história nos mostra que durante muito tempo homens e mulheres não tinham os mesmos direitos e deveres e, em muitos países, isso ainda acontece. As disparidades são evidentes, como por exemplo, as mulheres chegam a ganhar até 40% a menos do que os homens para exercer o mesmo trabalho. Para superá-las, uma medida, entre outras, é fundamental: capacitar as mulheres de modo que possam desempenhar papéis cada vez mais ativos e relevantes no mundo econômico, político e social.

A verificação da consecução desse objetivo se dá através dos seguintes indicadores: razão meninas/meninos no ensino básico, médio e superior; razão entre mulheres e

homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos; porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola; proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional; relação entre a remuneração média do trabalho de mulheres e homens.

A inclusão desses objetivos nas metas definidas como cruciais para serem alcançadas neste novo milênio (ou *oito jeitos de mudar o mundos*) fortaleceu o movimento das mulheres globalmente, cuja característica mais marcante é sua capacidade de formar redes, estabelecer parcerias, solidarizar-se e atuar coletivamente e com persistência para lograr não somente sua igualdade de direitos e oportunidades em relação aos homens, mas a melhoria das comunidades nas quais estão inseridas.

Esse movimento materializou-se, por exemplo, na Marcha Mundial das Mulheres, uma articulação internacional para a ação feminista que congrega cerca de seis mil grupos de mulheres, em 163 países, cujo marco principal é a luta contra a pobreza e a violência machista, por serviços de saúde pública adequados, pelo direito das mulheres decidirem sobre seus corpos, sexualidade e maternidade, por educação para todas as meninas, pela participação feminina nas instâncias de decisão, por salário equitativo, pela redistribuição das riquezas, pela defesa dos recursos naturais, em suma por justiça e igualdade.

A Marcha Mundial das Mulheres elaborou uma *Carta para a Humanidade* baseada nos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz e a levou ao seu 5º Encontro Internacional, realizado em Kigali (Ruanda). Seu conteúdo, estruturado a partir de 31 afirmações ou princípios essenciais, foi aprovado em 10/12/2004, formando a base política para as ações mundiais durante o ano de 2005.

A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade percorreu mais de 50 países (inclusive o Brasil) dos cinco continentes, terminando sua viagem em 17/10/2005, em Ouagadougou (Burkina Faso), um dos países mais pobres do mundo. A passagem da Carta pelos cinco continentes constituiu mais uma prova da capacidade de liderança, articulação e organização das mulheres ao redor do mundo.

A pedra angular dos movimentos e organizações feministas, tanto no Brasil como nos demais países do mundo, é a luta pela igualdade de gênero e autonomia das mulheres, reconhecida como objetivo na Declaração do Milênio, como meio eficaz de combate à pobreza, à fome, às enfermidades e também para estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Isto porque os efeitos desses males sobre homens e mulheres são diferenciados, embora elas contribuam para a diminuição da pobreza, tanto quando obtêm ingressos monetários, como quando assumem a responsabilidade

do cuidado das crianças, dos enfermos ou dos idosos e de todas as atividades vinculadas com a reprodução social. O enfoque é o de que se as mulheres prosperam toda a sociedade é beneficiada e as gerações sucessivas podem abordar a vida em melhores condições.

Os dados estatísticos de distintas fontes dão conta de que, embora numericamente majoritárias, as mulheres padecem desigualdades e discriminação tanto nas sociedades ocidentais como nas orientais. Com relação a esse tópico cabe destacar que o Ministério Público do Trabalho criou, em novembro de 2002, a Coordenadoria Nacional de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, com o fim de promover, supervisionar e coordenar ações contra as variadas formas de discriminação no âmbito das relações do trabalho que violem a Constituição Federal, as Convenções Internacionais nº 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho<sup>8</sup> e as leis nº 7.716/89, 9.459/97 e 9.799/99 que definem como crime qualquer forma de discriminação.

A educação ainda é sexista, apesar das mudanças que já ocorreram nas últimas décadas no sentido da igualdade entre os sexos. A participação feminina na política também é mínima: dados das Nações Unidas de março/2005 indicam que no Brasil a porcentagem de postos ocupados por mulheres no Congresso Nacional é de apenas 9%, mesmo com o sistema de quotas para candidaturas femininas, enquanto em Cuba é de 36% e na Argentina é de 34%, para apresentar apenas dois exemplos comparativos. A violência contra as mulheres constitui na atualidade o mais grave problema por elas enfrentado. Por tais razões os movimentos de mulheres em todo o mundo reclamam por políticas públicas que incluam a perspectiva de gênero, assegurando de forma igualitária (quantitativa e qualitativamente) a propulsão dos direitos de todas as cidadãs e cidadãos.

## QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Algumas questões referentes às relações de gênero são recorrentes no discurso e pleitos de reivindicações dos movimentos sociais feministas. Harmonizar as políticas

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que a Convenção 100 da OIT sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor é de 1951, tendo entrado em vigor em 1953; e a Convenção 111 sobre discriminação em matéria de emprego e profissão é de 1958, tendo entrado em vigor em 1960, o que comprova a dificuldade dos atores femininos em superar as questões de gênero, ou seja, as relações de poder que privilegiam os homens em detrimento das mulheres.

de crescimento econômico, de equidade social e igualdade de gênero constitui o seu objetivo fundamental.

As relações de poder que afetam de maneira diferente a homens e mulheres se manifestam em diversas dimensões específicas que explicam as desvantagens delas em relação a eles. A invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado; a discriminação laboral e salarial contra as mulheres, face à divisão sexual do trabalho; a dificuldade de conciliar o trabalho na esfera pública com a atividade na esfera doméstica, que inclui ainda os cuidados e atenção à família (a chamada dupla, às vezes, tripla jornada); a pobreza, que atinge majoritariamente às mulheres, e a violência (física e sexual) de que padecem, são exemplos de questões que devem ser contempladas na formulação de políticas públicas que incorporem a perspectiva de gênero. Fomentar a autonomia das mulheres, seu “*empowerment*” (aqui entendido como o processo para reduzir a pobreza e potencializar seus direitos, aumentar seu acesso a recursos e capacidade de tomar decisões), bem-estar material, incentivando seu papel produtivo e contribuição para o desenvolvimento, constitui outro elenco de questões a entrar na pauta das políticas públicas com consciência de gênero que pretendam promover o desenvolvimento econômico e sustentável.

Alma Espino (2005) ao analisar porque se faz necessário introduzir um enfoque de gênero nas políticas públicas de desenvolvimento produtivo, apresenta argumentos econômicos, culturais e institucionais que levam em conta aspectos centrais do sistema de gênero:

- *as mulheres localizam-se, predominantemente, na órbita da reprodução social, o que opera como forma de exclusão no âmbito econômico, político e social ao restringir-lhes oportunidades laborais e de participação na área pública, ao limitar o desenvolvimento e uso de suas capacidades e condicionar os resultados de suas atividades;*
- *as assimetrias de poder entre homens e mulheres, persistentes ao longo da história, ainda permanecem nas esferas tanto do privado como do público<sup>9</sup>;*
- *a economia reprodutiva se assume como dada e seu funcionamento como carente de articulação com a economia de mercado, ou seja, a invisibilidade do*

---

<sup>9</sup> Diversos autores, entre eles Amartya Sen (1990), refutam a corrente predominante na economia, com seu enfoque cego ao gênero, que assumiu que nos lares reina a harmonia e existem normas equitativas de consumo, argumentando que a especialização baseada no gênero é um arranjo eficiente de acordo com a teoria das vantagens competitivas, negando a evidência de que as famílias se caracterizam não somente pela cooperação, mas também pelo conflito.

*trabalho doméstico não remunerado pode estar encobrendo o verdadeiro impacto das políticas sobre eficiência no nível macroeconômico.*

Partindo desses argumentos, essa autora explica que gênero é uma forma de estratificação social no mesmo sentido e de maneira similar que a raça, classe, etnia, orientação sexual e idade; embora construção ideológica e cultural se reproduz no âmbito das práticas materiais e influencia os resultados de tais práticas. Ao não reconhecer a interação entre produção e reprodução social, as políticas públicas e seus instrumentos podem parecer neutras com relação ao gênero, o que não é verdadeiro porque oculta determinadas relações de poder.

Espino (2005) afirma que “*as instituições econômicas sustentam e transmitem os vieses de gênero e o mercado (uma das principais instituições da teoria dominante) reflete um importante número de desigualdades de gênero e as reforça*”. Por tais razões, entende que “*as desigualdades, cuja origem está nos âmbitos micro e meso-econômico, devem ser abordadas em políticas específicas, com o propósito de gerar condições que propiciem a igualdade de oportunidades e atuem, não somente na esfera econômica, mas também na social, cultural e política, ou seja, no conjunto dos âmbitos onde se originam as desigualdades básicas entre homens e mulheres*”.

O marco conceitual por ela elaborado nos remete à figura do “homem econômico” (que aparece como sendo a norma na teoria), caracterizado por um indivíduo *empoderado*, livre para escolher entre diversos ambientes e para atuar de maneira a maximizar sua utilidade, diferentemente da *fêmea econômica* que, dada a socialização de gênero, é caracterizada como altruísta, naturalmente afetiva, cuidadosa, que busca o consenso, etc. Esse estereótipo apresenta-se igualmente no mundo empresarial, qualificado como masculino, não só porque em sua maioria os empresários são homens, como porque estão em jogo atitudes, comportamentos, valores e práticas concretas, que a cultura predominante identifica como masculinas, como, por exemplo, agressividade, assunção de riscos, ambição, assertividade, etc.<sup>10</sup> Ao referir-se aos processos de exclusão e de seleção adversa gerados nos mercados, Espino (2005) demonstra em sua análise como as relações com estes mercados têm se dado de maneira diferente para homens e mulheres, fato do qual derivam conseqüências com relação as suas escolhas e condutas.

---

<sup>10</sup> Ver May, A.M. (2002), “The Feminist Challenge to Economics”, Challenge, vol. 45, nº 6, nov/dez e Rostagnol, S. (1998), “Innovación tecnológica y mujeres empresariales de MYPES. Aproximación conceptual”, Série Investigaciones, nº132, Montevideo, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo (CIEDUR), ambas citadas por Espino.

Em todas as atividades desenvolvidas por homens e mulheres aparece a dicotomia de gênero que suscitou o questionamento do *status* secundário da mulher dentro da sociedade como um fato universal. Sem dúvida essa realidade social vem se transformando na medida em que as mulheres adquiriram a condição de sujeito, ator social, com o reconhecimento de sua capacidade de iniciativa, de tomar decisões e assumir a responsabilidade sobre si mesmas e sobre o conjunto da humanidade. Entretanto, o patriarcado está tão interiorizado nos indivíduos que até as próprias mulheres ainda não conseguiram apartar-se dele totalmente. Por isso, observa-se que, inicialmente, as propostas de políticas públicas e seus respectivos programas eram dirigidos especificamente às mulheres, incluindo-as nos chamados grupos vulneráveis (pobres, jovens, negros, indígenas) sem considerar a perspectiva de gênero e com um enfoque paternalista de políticas compensatórias.

Face ao perseverante trabalho de inúmeras mulheres, à organização dos movimentos sociais feministas, à enorme contribuição de mulheres docentes no âmbito da academia e ao desenvolvimento das teorias feministas, entre elas a de gênero, tem-se caminhado para o foco igualitarista do feminismo, considerando as diferenças que lhes dão especificidade, de modo a melhorar a performance das políticas públicas nesse sentido.

Lobo (2003), reportando-se às transformações vivenciadas pelo governo federal brasileiro e que continuam neste novo milênio, ressalta que, *“na medida em que se acredita que a igualdade de oportunidades para as mulheres na vida nacional é um tema diretamente associado aos direitos humanos e à democracia, compete ao Estado um papel fundamental na promoção de ambos os pontos”*.

Em seu trabalho, Lobo (2003) considera relevante abordar os princípios e instrumentos que se apresentam como capitais na ação do Estado: a descentralização, a focalização e a transparência, relacionando-os ao tratamento das questões de gênero. A descentralização refere-se especialmente à desconcentração de recursos e capacidade executiva entre os três níveis de governo, propiciando a aproximação do Estado ao cidadão ao transferir para agências locais a responsabilidade por prestação de serviços básicos (num caminho em direção ao desenvolvimento local sustentável).

A focalização se contrapõe à universalização da prestação de serviços básicos, resultado da busca de novos critérios para investimentos na área social de modo a identificar reais necessidades insatisfeitas da população e sua concentração espacial. Tem-se observado o predomínio da focalização por renda disponível ao núcleo

familiar, além da utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério para alocação de recursos públicos em determinados programas.

Nesse ponto, Lobo (2003) menciona a dificuldade enfrentada para introduzir a focalização por gênero em programas públicos, ilustrada pelo fato de que no Plano Plurianual (PPA) do atual governo foram definidas três macroestratégias de ação: a) construção de um Estado moderno e eficiente; b) redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; c) inserção competitiva e modernização produtiva, divididas em conjuntos de diretrizes, sem que em nenhuma delas houvesse referência à questão de gênero e à igualdade de oportunidades. Numa reação proativa, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) encaminhou à Presidência da República, em maio de 2002, documento com sugestões de intervenção estratégica em diversos setores e indicação das possibilidades de incorporação de uma visão de gênero. Foram destacados 25 programas nas áreas de educação, saúde, direitos humanos e combate à violência contra a mulher, trabalho, reforma agrária e desenvolvimento rural, ciência e tecnologia, telecomunicações, cultura e infra-estrutura urbana e moradia. Os resultados dessa iniciativa ainda estão por se fazer sentir.

As considerações acima remetem às questões mais relevantes no que se refere ao enfoque de gênero nas políticas públicas para o desenvolvimento: a erradicação da pobreza, geração de emprego e o pleno exercício dos direitos das mulheres no marco de um trabalho decente.<sup>11</sup>

Na literatura socioeconômica existem diversas acepções de pobreza e diferentes metodologias para mensurá-la. No entanto, foi na década de noventa que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um índice para medir as condições de vida nos diferentes países, que vem sendo usado desde então. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos da condição de vida: esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Este índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (máximo desenvolvimento).

Em 1995, o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado por Gênero (IDH-G)<sup>12</sup> que visa medir o grau de discriminação contra a mulher numa sociedade: quanto menor o desenvolvimento humano feminino em comparação com o desenvolvimento humano geral mais discriminatória e machista é a comunidade.

---

<sup>11</sup> Ver Informe de Atividades apresentado na 38ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferencia Regional da Mulher para América Latina e Caribe, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Mar del Plata, 7 e 8 de setembro de 2005.

<sup>12</sup> As informações sobre o IDH e o IDH-G estão disponíveis em <http://www.pnud.org.br>.

No âmbito da CEPAL, a partir dos estudos realizados pela Unidade Mulher e Desenvolvimento, que tem uma produção acadêmica abundante sobre as mulheres e questões de gênero, “*a pobreza é um fenômeno multidimensional que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social*”. (Pereira de Melo, H., 2005)

A acepção de pobreza evoluiu para além da carência de renda, incorporando outros conceitos como desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade e a vulnerabilidade refere-se a uma incapacidade de resposta face um evento potencialmente adverso e uma inadequada adaptação das pessoas para a nova situação, como nos explica Pereira de Melo (2005).

Na perspectiva da CEPAL pobreza e exclusão social são fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos; as mulheres encontram-se mais expostas ao desemprego; permanecem as diferenças salariais entre ambos os sexos, os obstáculos de acesso a cargos de chefia e sua maior presença nas atividades informais. Por outro lado, constitui aspectos positivos o crescimento da escolaridade feminina, o aumento de sua esperança de vida e o decréscimo da taxa de fecundidade, especialmente entre aquelas com mais anos de estudos, refletindo no incremento da taxa de participação feminina na população economicamente ativa.<sup>13</sup>

O tema da pobreza está diretamente relacionado com o desenvolvimento humano, isto é, constitui o reverso da medalha, a ausência de desenvolvimento.

Se do ponto de vista econômico as sociedades e instituições a nível mundial vêm atuando no sentido de gerar mecanismos e instrumentos de desenvolvimento sustentável, no que se refere às pessoas o PNUD propôs um novo conceito: o do Desenvolvimento Humano Sustentável, no qual coloca o ser humano como centro e razão de ser do desenvolvimento. Este conceito assume relevância na medida em que entende que o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para melhorar as condições de vida existentes numa comunidade e na medida em que enfatiza que o desenvolvimento é das pessoas, para as pessoas e se dá pelas pessoas.<sup>14</sup> Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano Sustentável se complementam. Não pode existir um sem o outro. É o conceito de sustentabilidade

---

<sup>13</sup> Ver os dados estatísticos e censos demográficos no IBGE. Também a publicação “Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2000”. IBGE, 2002.

<sup>14</sup> Ver “Desenvolvimento Humano no Recife – Atlas Municipal,” janeiro/2006.

que os integra, articulando os aspectos relativos ao meio-ambiente, ordem política, social e cultural aos aspectos econômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pesem as conquistas já auferidas pelas mulheres e movimentos sociais feministas, a realidade evidencia que os fatores culturais ancorados no patriarcado, privilegiando e valorizando mais os homens para colocar em segundo plano as mulheres e suas contribuições, são tão fortes que, passadas décadas e muitas vitórias no que se refere à obtenção de leis favoráveis às mulheres e à visibilidade do papel fundamental que elas desempenham na sociedade, a tão desejada equidade de gênero ainda não aconteceu.

Os novos contextos democráticos exigem atores sociais e políticos com competência para buscar consensos, respeitar a diversidade, atuar em prol de uma melhor convivência social, mediante o pleno exercício da cidadania e gerar condições para assegurar o desenvolvimento social-econômico e humano sustentável. Para tanto, consideramos fundamental a adoção de políticas públicas delineadas dentro do marco de “*gênero e desenvolvimento*”, de modo a transformar positivamente a sociedade desigual em equânime para mulheres e homens.

A atuação globalizada de instituições e movimentos sociais em prol da equidade de gênero e enfrentamento das desigualdades e exclusões sociais, resulta da ação sistemática e organizada das mulheres, de suas práticas discursivas e políticas para propiciar, de modo generalizado, o entendimento e aceitação de que esse é o caminho para o desenvolvimento sustentável das nações. As mulheres não podem ser excluídas dos espaços públicos de decisão e poder; suas contribuições e a perspectiva feminista vêm agregando outros valores e práticas sociais e construindo outros discursos que conduzem a uma sociedade plural, mais justa, democrática e igualitária.

Em se tratando de questões de gênero no desenvolvimento sustentável, a participação das mulheres tem sido fundamental. Participação essa entendida como o sistema por meio do qual as pessoas intervêm de maneira concreta nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam a suas vidas.

Este tema de natureza complexa, transversal, multidisciplinar e emergente requer ainda reflexões, análise crítica da realidade e contribuições para se construir a equidade de gênero desejada e reivindicada pelas mulheres. Ao abordá-lo pretendemos

contribuir para a compreensão das questões de gênero, no qual se inclui a liderança feminina e sua importância para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BENERÍA, L. *Patriarcado o Sistema Económico?* una discusión sobre dualismos metodológicos. In: AMORÓS, C et al. *Mujeres: ciencia y práctica pública*. Madrid: Debate, 1987.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, PNUD Brasil, Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação João Pinheiro. *Atlas municipal desenvolvimento humano no Recife*, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual (PPA) 2004-2007*. Brasília,DF: MP, Decreto nº 5.233/2004.
- CEPAL – Comisión económica para América Latina y el Caribe. *Entender la pobreza desde la perspectiva de género*. Documento nº 52. Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile: jan. 2004.
- ESPINO, A. *Un marco de análisis para el fomento de las políticas de desarrollo productivo con enfoque de género*. Documento nº 77 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile: dez. 2005.
- FRANCO, A. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?* Brasília, DF: Instituto de Política, 2000.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HARDIN, S. *From the Woman Question in science to the science*. In: Keynes, M. *The Science question in feminism*. : Open University Press/ McGraw-Hill Education, 1986.
- KISIL, M. *Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária*. In: IOSCHPE, E. (Org.) *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LEFF, H. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, H. P; BANDEIRA, L. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Documento n. 66 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, jun. 2005.

MELO NETO, F. P. de; BRENNAND, J.M. *Empresas socialmente responsáveis: o novo desafio da gestão moderna*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

\_\_\_\_\_; FRÓES, C. *Empreendedorismo social: a busca da sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MONTAÑO, S. PITANGUY, J. LOBO, T. *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil; Movimento de Mulheres e Políticas Públicas de Gênero no Brasil; A Gestão Federal e a questão de gênero – perspectivas de institucionalização*. Documento nº 45 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, jun.2003.

OITO JEITOS DE MUDAR O MUNDO. OBJETIVOS DO MILÊNIO DA ONU. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://pnud.org.br> , acessado em 04dez.2005.

SILVEIRA, Caio Márcio. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos*. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/textos> , acessado em 01nov.2004.

SCOTT, A. M. *Industrialization, gender and segregation and stratification theory*. In: CROMPTON, R; MANN, R. (comp.). *Class theory and gender*. Cambridge: Polity Press,1985.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise*. Tradução SOS Corpo. Recife,PE: SOS Corpo, 1995.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

STIEGLER, B. *Gênero, poder y política*. División de Cooperación Internacional de la Friedrich-Ebert-Stiftung. Departamento América Latina y el Caribe. Bonn, Alemanha, 2003.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Artigo recebido 30/10/2007

Artigo aceito: 22/11/2007